

## **A Proposta Reivindicativa da FCSAP para 2009 perspectiva a continuidade da luta pelos direitos adquiridos e por uma Administração Pública de qualidade**

### 1

**Os trabalhadores da Administração Pública estão conscientes da profunda interligação existente entre a luta pelos seus direitos e a defesa das funções sociais a que o Estado está constitucionalmente obrigado pelo regime democrático e, por isso, a FCSAP não vai desistir de lutar pelos direitos adquiridos e por uma Administração Pública de qualidade ao serviço do povo português.**

Com efeito, uma Administração Pública de qualidade, eficaz e moderna, que dê resposta atempada e qualificada aos direitos sociais consagrados na Constituição (designadamente, na saúde, na segurança social, na educação ou na justiça) não é possível com a continuidade de uma política atentatória, até, da qualidade da cidadania, que:

. Degrada as condições de vida dos trabalhadores da AP – precariedade, despedimentos sem justa causa, diminuição real dos salários e pensões ou a instauração de um clima de medo nos locais de trabalho, por exemplo;

. Vai no sentido da destruição da Administração Pública, tal como a Constituição da República a consagra, para entregar os sectores rentáveis aos grandes grupos económico-financeiros, que se farão pagar bem para prestar os serviços sociais que o Estado está obrigado a prestar, com as verbas dos nossos impostos.

A FCSAP e os trabalhadores da AP têm desenvolvido uma luta persistente contra a execução do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e contra as inerentes e brutais alterações legislativas na AP – quer no âmbito orgânico, quer no laboral – e suas nefastas consequências para o país. Algumas das medidas negativas foram estancadas. Mas, no fundamental, vingaram os objectivos dos diplomas do Governo e a essência do seu conteúdo de retrocesso social e civilizacional, com a inconstitucional retirada de direitos fundamentais e graves prejuízos para os trabalhadores.

Assim, a Proposta Reivindicativa a apresentar pela FCSAP ao Governo não pode deixar de ter em conta esta realidade. Por isso, além da vertente directamente económica (salários e restantes prestações pecuniárias), consagra outras reivindicações.

### 2

A Proposta Reivindicativa para 2009 é, por isso, constituída por 6 áreas reivindicativas, de que destacamos, em cada uma delas:

## **1. Tabela Salarial e restantes prestações pecuniárias**

- . Uma actualização da Tabela Remuneratória Única de 5%;
- . A garantia da efectivação do compromisso tomado pelo 1º ministro, aquando da aprovação do OE2008, de que os trabalhadores não sofreriam, neste ano, nova redução no seu poder de compra – no concreto, o poder de compra perdido em 2008 atinge 0,9%;
- . A reivindicação de mais 50€ na transição para as novas posições remuneratórias da Tabela Remuneratória Única (TRU) – incluindo as posições intermédias – que visa repor parte do poder de compra perdido nos últimos 8 anos.
- . Uma actualização no subsídio de refeição para € 6,50 e das restantes prestações pecuniárias e pensões em percentagem global idêntica à da TRU, assim como a actualização dos escalões do IRS e das participações da ADSE em 10% e a consagração legal do compromisso assumido pelo Governo de que a mudança para a posição remuneratória seguinte à imediatamente superior ocorrerá quando o valor da diferença entre aquela em que o trabalhador se encontra e a imediata for igual ou inferior a € 28.
- . Uma diferenciação nos escalões de entrada das diferentes profissões/categorias, consoante a sua qualificação e responsabilidades.

## **2. Reestruturação da Administração Pública**

- . Emprego Público e estabilidade, contra a precariedade, o que implica a revogação e/ou alteração de diversas normas ou conjunto de normas de diplomas entretanto aprovados, destacando-se a garantia do “vínculo de emprego público a todos os trabalhadores da AP” ou a “retirada do despedimento por inadaptação” e a revogação da Lei da Mobilidade e do SIADAP.
- . Respeito pela negociação colectiva.
- . Valorização das Carreiras profissionais, com aplicação completa dos DLs 404-A/98 e 412-A/98.
- . Manutenção dos direitos adquiridos na Acção Social Complementar (Serviços Sociais), com a anulação do desconto para a ADSE dos aposentados.

## **3. Aposentação**

- . Revogação das Leis 1/2004, 60/2005 e 52/2007, e do Decreto-Lei 286/93 de 20 de Agosto, com ripristinação do Estatuto da Aposentação, na sua redacção anterior;

## **4. Formação Profissional**

- . Garantia de acesso à formação profissional, com dedução, em sede de IRS, das despesas com formação profissional e equipamento, para o exercício de funções.

## **5. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

- . Cumprimento das normas existentes sobre esta matéria, com formação dos trabalhadores em SHST, e concessão de dispensa dos candidatos a representantes e dos representantes de SHST para poderem participar nessas acções de formação.

## **6. Maternidade**

- . Pagamento integral, aos trabalhadores em regime de contrato, do período de licença de maternidade e paternidade, mesmo que este se prolongue para além da data de caducidade do contrato.

Os trabalhadores da AP vão reforçar a luta em torno da Proposta Reivindicativa da Frente Comum para 2009 e contrariar os objectivos do Governo de lhes retirar direitos adquiridos ao longo de décadas e de degradar as suas condições de vida e de trabalho.

Os trabalhadores da AP têm demonstrado uma grande dinâmica sindical, consciência de classe, persistência e capacidade de resistência que a Frente Comum não pode deixar de realçar.

**A FCSAP saúda todos os trabalhadores da AP, valoriza as lutas desenvolvidas nos mais diversos sectores – designadamente, na administração central e local, na educação, na saúde, nos estabelecimentos fabris das forças armadas, nas forças de segurança, nos psicólogos – e exorta-os a continuarem na luta pelos seus direitos, unidos nos seus sindicatos de classe.**

**Neste momento, a FCSAP realça e manifesta o seu incondicional apoio à luta que está a ser desenvolvida pelos professores e enfermeiros, contra o desemprego e a precariedade, em defesa da dignidade das suas profissões, imprescindíveis para que os portugueses tenham serviços médico-sociais e um ensino públicos de qualidade.**

**Os trabalhadores da Administração Pública assumem a oposição à denominada reforma da Administração Pública e ao Código do Trabalho e vão participar activa e massivamente nas próximas acções de luta, nomeadamente,**

- . Pela actualização justa dos salários e pensões
- . Pela manutenção do vínculo de nomeação
- . Pela estabilidade no emprego e a defesa dos postos de trabalho
- . Contra o RCTFP
- . Contra a precariedade e os despedimentos sem justa causa
- . Contra a revisão para pior do Código do Trabalho

**No quadro da jornada nacional de luta da CGTP-IN marcada para o dia 1 de Outubro e tendo em conta o agravamento da situação na Administração Pública, quer no âmbito institucional, quer no social, a Cimeira da Frente Comum, reunida a 3 de Setembro, decide:**

. **Exortar todos os Sindicatos que integram a Frente Comum a marcar acções de luta que convirjam com as lutas no sector privado, nomeadamente greves, concentrações e outras acções de rua;**

. **Marcar um Plenário Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais para o próximo dia 19 do corrente mês, para discussão e aprovação de um documento de apoio à Proposta Reivindicativa, a entregar no Ministério das Finanças;**

. **Realizar um seminário sobre Vínculos, Carreiras e Remunerações, em data a indicar, com a participação de especialistas, para debate e esclarecimento dos trabalhadores sobre esta importante problemática.**

2008-09-03

FCSAP